



OS TRABALHADORES DA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA MERECEM RESPEITO!

CHEGA DE PROMESSAS!

Com a publicação em 30 de Agosto último do Dec-Lei n.º 132/2019 que visa a revisão das carreiras especiais da Autoridade Tributária e Aduaneira, foi consolidado o caminho da descaracterização das carreiras especiais dos trabalhadores da AT, desrespeitando a especificidade das funções da área tributária e as da área aduaneira.

Um cruel assassinato de identidade, cujos responsáveis representam uma troika de interesses bem conhecida dos trabalhadores da AT: SEAF, Direção da AT e STI.

Este processo foi iniciado ainda no Governo anterior, mais concretamente em Fevereiro de 2013, mas só veio a ter continuidade a partir de 2017, exatamente com o mesmo propósito, ou seja, retirar direitos aos trabalhadores da AT.

Tudo isto foi planeado e concretizado, sem se atender às especificidades funcionais das áreas tributária e aduaneira e, sem se ter feito, como foi oportunamente proposto por esta Federação, uma avaliação quantitativa e qualitativa da fusão da DGAIEC, DGCI e DGITA, nomeadamente quanto à eficácia da prestação do serviço público, de racionalização de custos operacionais e de gestão de recursos humanos.

É desde logo claro que com as regras agora aprovadas, os trabalhadores da AT dificilmente chegarão ao topo de cada uma das categorias, pois para tal, seguindo as regras do SIADAP, para um trabalhador na primeira posição remuneratória, serão necessários 110 anos de trabalho e todas as avaliações serem positivas, deixando de ter relevância a avaliação permanente, uma vez que este instrumento, como se prevê no diploma, apenas PODERÁ influenciar as competências que vierem a ser definidas para a avaliação de desempenho, também ainda por regulamentar.

A Federação defendeu no parecer então elaborado, que este diploma não passa de um mero enunciado de intenções, que não define nada do que é estruturante para a vida dos trabalhadores da AT, remetendo tudo para regulamentação posterior, nomeadamente no que respeita a avaliação de desempenho, avaliação permanente, formação profissional, regulamento de concursos, curso de chefia tributária, suplementos remuneratórios e mobilidade, remetendo matérias importantes para a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, ou seja empurrando estas carreiras para o regime geral.

Esta Federação também não aceita que com este processo tenham sido criadas carreiras subsistentes, sem conteúdo funcional atribuído, assim como também não aceita a existência de vínculos diferenciados para trabalhadores a desempenhar as mesmas funções lado a lado como acontece atualmente nos vários serviços tributários ou aduaneiros.

É nossa preocupação que passado mais de dois meses sobre a promulgação do diploma em causa, e mais de um mês sobre a sua publicação, não tenha sido ainda iniciado qualquer processo negocial sobre a regulamentação das várias matérias nele prevista, nem tenha sido estabelecido qualquer diligência por parte da tutela com vista ao início dessas negociações tanto mais que dado o atual momento político, esse processo só será concluído pelo próximo Governo, não existindo assim qualquer garantia da concretização seja do que for.

Consideramos por isso ter razões para estarmos apreensivos quanto à “bondade” de algumas das soluções apontadas, pois este diploma é,

O que literalmente se chama um tiro no escuro!

É também fundamental, tal como foi prometido à mesa das negociações e é uma exigência desta

Federação, que sejam abertos todos os concursos que abranjam os trabalhadores que no quadro de carreiras vigente estejam em condições de ser promovidos.

Se os concursos não forem abertos antes da entrada em vigor do diploma, deixam de sortir qualquer efeito prático, pois conforme prevê o diploma, só se mantêm válidos os concursos abertos antes da entrada em vigor do diploma, ou seja, abertos até 31 de dezembro de 2019.

Se tal acontecer, os trabalhadores serão altamente penalizados, pois qualquer melhoria no seu salário só poderá acontecer por via dos concursos de promoção.

No que respeita ao processo de à transição para as novas carreiras prevê-se um cenário onde serão agravadas as injustiças decorrentes dos diferentes percursos de carreiras, nomeadamente no que se refere aos trabalhadores aduaneiros.

Como as regras de transição previstas são fundamentadas no vencimento base, e como essa parte do salário dos trabalhadores aduaneiros é inferior à dos trabalhadores tributários, será cometida uma enorme e irreparável injustiça. Esta situação tem de ser de imediato corrigida.

No decurso do processo negocial esta Federação manifestou a sua discordância relativamente a todo este processo nomeadamente quanto a:

- **Falta de concretização no diploma de matérias estruturantes para o percurso profissional dos trabalhadores da AT;**
- **Carreiras subsistentes;**
- **Diferenciação do vínculo;**
- **Não inclusão dos suplementos FEA e FET no vencimento base;**
- **Regras de transição.**

Os trabalhadores da AT têm por isso todos os motivos para estarem unidos e mobilizados para a luta em torno da defesa dos seus direitos e reivindicações e atentos a promessas sem qualquer garantia do seu cumprimento, contrariamente ao que alguns querem fazer crer e que tão prontamente viabilizaram todas estas alterações.

OS TRABALHADORES DA AT NÃO SÃO DESCARTÁVEIS E TÊM UMA PALAVRA A DIZER!

UNIDOS E ORGANIZADOS

OS TRABALHADORES TERÃO MAIS FORÇA!

SINDICALIZA-TE  **no STFPSCentro**
vai a www.stfpcentro.pt - ficha de sindicalização



Coimbra, Outubro de 2019

Federação Nacional dos Sindicatos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais
